CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

ATA **SETEMBRO/2018** - DA RENIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL– PETRÓPOLIS/RJ

Ata da Reunião ordinária n° 342 do Conselho Municipal de Assistência Social, realizada no dia 05 de setembro de 2018, às 9 horas e 30 minutos, na "Casa dos Conselhos e Comissões".

Ao quinto dia do mês de setembro do ano de dois mil e dezoito, às nove horas e trinta minutos, na Casa dos Conselhos e Comissões, reuniu-se o Conselho Municipal de Assistência Social, convocado por meio do Ofício CMAS Nº 083/2018. Estiveram presentes 11 conselheiros, sendo 07 representantes da Sociedade Civil: Ana Cristina Eleutério - SEELYG; José Claudio Jr.- Projeto C3; Gisele de Freitas(suplente) da Mitra; Marcio Scardini (titular) e Martha Jurene de Oliveira(suplente) da APADV; Marcelo Xavier da Ong Raízes do Ofício, e Adriana de Oliveira da Comunidade Jesus Menino. Para a representação no Poder público estiveram presentes 04 representantes, sendo: Maria da Penha R. Veras – Gabinete; Rodrigo Lopes da Secretaria de Assistência Social, Sandra Romão da Secretaria de Educação e Juarez Borges da Secretaria da Fazenda. Foi registrado um total de 36 assinaturas em livro de presenças, após conferência do quórum, o Vice-Presidente, Sr. Rodrigo Lopes abre a reunião lendo a convocação. Pontos de pauta: 1-Aprovação da ata 341° do CMAS; 2-Apresentação dos Trabalhos das Comissões: *Permanente e Temporária*; 3-Esclarecimentos do setor Superintendência, Regulação, Controle e Avaliação da Secretaria de Saúde sobre as marcações de consultas e exames, dentro e fora do município; 4-Deliberação sobre o Registro de Inscrição do Instituto Emanuel; 5- Informes-Correspondências recebidas e expedidas; 6-Assuntos Gerais. Sr. Rodrigo Lopes passa a condução da Mesa para a presidente Sra. Ana Eleutério que indaga se há algum destaques no registro da ata, e sem qualquer manifestação dos presentes se passou ao regime de votação nominal, assim com **10 votos a favor**, a **ata n° 341** foi **APROVADA**. Passando ao segundo ponto de pauta: Apresentação dos Trabalhos das Comissões: *Permanente e Temporária,*com a palavra a Sra. Maria da Penha, coordenadora da comissão de direito e fiscalização faz leitura do livro das comissões, falou sobre os deferimentos a favor das instituições após exigências cumpridas e também sobre a visita da comissão à Instituição SADIAS. A conselheira Maria da Penha informa que a instituição estava fechada, e, portanto não foi possível concluir a proposta de fiscalizar e avaliar o espaço e seus serviços. Sra. Adriana Kreischer representante da organização SADIAS perguntou em que dia teria ocorrido a visita, Sra. Maria da Penha informa que foram na quarta-feira, do dia 29/08, às 15h, com base no funcionamento citado nos documentos da instituição. Sra. Penha disse que havia um rapaz na calçada próximo ao local e que lhe informou que a instituição só funcionava aos sábados. Sra. Adriana Kreischer defende e diz que ela mesma tem estado na instituição nas quartas, quintas e sextas feiras pela manha e sábado o dia inteiro e que a instituição fica aberta todos os dias. Sra. Maria da Penha descreveu a comissão que visitou: ela, Maria da Penha, Adriana de Oliveira e Rodrigo Lopes e que lá encontraram o espaço fechado, mas farão nova tentativa. O coordenador da comissão de orçamento e finanças, Sr. Juarez Borges falou sobre o exercício em dia da comissão e assim falou sobre a análise da execução do orçamento financeiro do 1°bimestre com recurso do fundo municipal de assistência social e que não tendo irregularidade resultou ao parecer favorável e agora darão início do 2°, consequentemente o 3° bimestre e na sequência o 4º que já está se encerrando. Sr.

Ana Eleutério relembrou a capacitação ocorrida mês anterior e falou que a comissão não voltou a se reunir após a capacitação, mas que tem proposta para reunião na próxima quarta-feira dia 12/09. A presidente convoca a coordenadora da comissão de RH, a Sra. Sandra Romão, falou sobre o encaminhamento de ofício ao setor do Planejamento Estratégico da PMP para que tragam esclarecimentos sobre as contratações e a responsabilidade fiscal. Passando ao terceiro ponto de pauta: Esclarecimentos do setor Superintendência, Regulação, Controle e Avaliação da Secretaria de Saúde sobre as marcações de consultas e exames, dentro e fora do município. Sra. Ana Cristina Eleutério pergunta se há alguém para representar o setor SRCA e não tendo presença, a Presidente e o Vice- Presidente do CMAS confirmam com a secretária executiva sobre a entrega do ofício. Sra. Amanda Moraes confirma entrega e até que esteve pessoalmente no setor da superintendente Sra. Denise Kronemberg para relembrar a data da reunião. Sra. Ana Cristina retoma os trâmites feitos nos encaminhamentos ao setor e abre para a plenária. Sra. Cristina Rodrigues representante da APAE e São Charbel, ressalta a importância desta pauta e propõe que o assunto seja levado ao conhecimento do COMSAÚDE pra que se manifestem e acompanhem. Sra. Amanda Moraes dá ciência que já fora encaminhado ofício ao Presidente do COMSAÚDE, mas não houve retorno, nem por escrito e nem de presença em reunião, da mesma forma, com a saúde. Sr. Rodrigo Lopes diz que levando em consideração o tempo do protocolo do ofício no COMSAÚDE, encaminha que o CMAS aguarde até a próxima reunião, por razões de tramitação de recebimento, repasse ao presidente, assunto ser apresentado ao conselho, e portanto Sr. Rodrigo Lopes reitera seu encaminhamento em aguardar ao prazo da próxima reunião ordinária do CMAS para, então, o conselho definir uma ação. Sra. Cristiane Rodrigues questiona sobre uma devolutiva do COMSAÚDE, já que foi oficializado. Sr. Rodrigo e Sra. Ana Cristina Eleutério, afirmam que não houve retorno. Sr Rodrigo expõe e reitera que quanto ao COMSAÚDE seu encaminhamento e aguardar até a próxima reunião por questão de tramite interno; quanto a Secretaria de Saúde, Rodrigo, como representante do governo se comprometeu em encaminhar para o gabinete esta dificuldade que o conselho está tendo na efetivação do cumprimento do ofício. Sra. Ana Eleutério conclui o assunto dizendo que se na próxima reunião caso não tenham presença, seja do COMSAÚDE, seja pela Secretaria de Saúde o CMAS decidirá que atitude tomar. Seguindo ao quarto ponto de pauta Deliberação sobre o Registro de Inscrição do Instituto Emanuel, abrindo o assunto, a coordenadora da comissão Sra. Maria da Penha, fez leitura do parecer da comissão de direito e fiscalização apresentando-o a plenária as considerações e o encaminha para votação. Após leitura, a Sra. Eliane Kapps representante do Instituto Emanuel faz defesa e conclama para um prazo para adequação e nova fiscalização. Sr. Rodrigo Lopes encaminha que seja votado anteriormente o pedido de prazo e nova fiscalização da representante do Instituo Emanuel e após votação se faça a votação do relatório, pois já está posto. Sr. Carlos Jorge Guimarães pede a palavra e em defesa a instituição manisfesta com leitura do regimento interno do CMAS o Art. 16. Carlos Jorge compreende que a instituição tem o direito do prazo e que após o tempo acordo entre CMAS e Instituto Emanuel, a instituição não apresentar as soluções, ai sim o CMAS trará a proposta de cancelamento. Sr. Rodrigo Lopes corrobora ao assunto e diz que a comissão de acompanhamento da Secretaria de Assistência vem tentando há algum tempo acertos na questão financeira, mas também no âmbito de execução de plano de trabalho. Sra. Eliane Kapps, diz que isto já foi resolvido com a apresentação dos RPAs, Sr. Rodrigo atesta que não, pois não supriu as exigências nem financeira da prestação de contas e nem da aplicação do plano de ação, pois nada foi apresentado, como por exemplo, listagem dos usuários atendidos,

plano de atendimento e outros, e por isso esta situação se estendeu e nada resolvido, e por isso no ato de renovação do termo, a parceria com a instituição não foi renovada, apesar de muitas tentativas, mas a comissão verificou que o plano não estava sendo executado. Sr. Rodrigo Lopes diz que a comissão de acompanhamento dos termos de parcerias, é composta por sua maioria do quadro de funcionários concursados. Sr. Marcelo Xavier representante da ONG Raízes do Ofício pede a fala e diz que reconhece a importância do parecer da comissão de direito e fiscalizaçao, pois sabe do empenho da comissão, mas pede que o conselho tenha um olhar cauteloso e encaminha que a instituição tenha um prazo definido para que se adéqüe, pois as instituições já estão passando por muita dificuldade. Sr. Rodrigo Lopes, reitera a proposta do Marcelo Xavier, pois vai de encontro a sua proposta. Sra. Ana Imbelloni, questiona se a instituição está executando o plano de atividades e se os usuários estão sendo atendidos, se esta sendo executado perfeito, pois a casa ser arrumada é fácil, mas o que deve ser visto é se o usuário está sendo atendido; Ana pede que a comissão de direito e fiscalização e o representante em nome da comissão de acompanhamento da SAS, informem. Sr. Rodrigo Lopes diz que como porta voz da comissão da SAS isto não foi possível ser constatado de fato, pois tudo que foi solicitado relação de usuários, não foi possível ser deslumbrado. Rodrigo diz que esta situação não é uma situação confortável, pois primeiro estão em plenária e segundo porque pela secretaria de assistência exerce cargo de confiança e às vezes levantam a problemática como questão política, só quero que saibam que tenho agido dentro dos conformes e o que ta sendo baseado nas leis, Lei n°13.019, lei do regimento Interno do conselho. Confesso a plenária que não me sinto confortável em ir nas fiscalizações da comissão de direito, prefiro não ir, pra evitar maus interpretações, mas o que digo como comissão da SAS e que não se estabeleceu a execução do plano pelo Instituto Emanuel. Sra. Maria da Penha diz que não é fácil tomar esse tipo de atitude com relação a instituição, porém em contrário do Rodrigo Lopes, Penha, diz que é concursada e com afinco diz que tem seu olhar diferenciado pelas instituições, as vezes até esqueço que sou funcionária pública e que representa o governo. Eu, Maria da Penha diz que tem muito carinho pelas instituições, pois afirma ser sociedade civil, e sabe que as instituições passam por dificuldades. Entretanto, Penha diz que a instituição que assume um compromisso deve prestar conta de cumprir aquele compromisso, se não tem condição de dar um atendimento de qualidade, é melhor que não o faça. Sra. Maria da Penha comenta que em reunião com a presidente do Instituto Emanuel ao perguntá-la se ela achava que o espaço tem condição de empoderar alguém a presidente do Instituto Emanuel, Sra. Juliana Ribeiro lhe respondeu que: a gente esclarece quais são os direitos dela. Maria da Penha lhe respondeu que para fazer isto não precisa de instituição, porque isto já está estabelecido na legislação. O que precisa ser oferecido para as pessoas é um trabalho de qualidade, não basta ter uma instituição lotada de gente, números, com a sensação que serão contemplados, mas não, pois não estão sendo contemplados na sua plenitude. Maria da Penha reafirma que o espaço não empodera ninguém, o espaço como está não tem condição de levantar a auto-estima de ninguém; quando se chega no espaço a sensação que se tem é que vai sair pior que quando chegou, a sala de atendimento não tem janela, o que para a Presidente é sarcasticamente alegado pela Presidente do Instituto, que tem porta. Maria da Penha reitera que o que viu lá não foi agradável, a equipe não tem dia certo de trabalho, não conseguiram apresentar o quantitativo, e comprovar nas exigências da comissão. Maria da Penha diz que no dia da visita o dono do espaço reafirmou o que a Sra. Juliana Ribeiro havia dito sobre o local e que acordaram que os acertos de aluguel serão feitos com o dinheiro da prefeitura, mas só que

a Prefeitura não renovou o termo e como ela irá cumprir esse novo compromisso. Sra. Cristiane Rodrigues, pergunta quem está atendendo o público com a deficiência auditiva na cidade? Sr. Rodrigo responde que o município já vem atendendo esse público pela Central de Libras, e se de fato esse serviço passar a ser de responsabilidade da Central de libras, como referência, caberá a instituição informar sobre os usuários atendidos, e ai sim a Central assumirá o plano de ação. Sr. Rodrigo propõe a votação dos encaminhamentos. Sra. Carla Fernandez pede a palavra e diz que assim como outras instituições o CIEE também recebeu a visita da instituição e cumpriu as exigências e dentro das normativas renovou sua inscrição. Sra. Carla indaga que a não votação do parecer trará problemas internos ao conselho, diante da não efetivação do trabalho realizado. Sr Rodrigo Lopes esclarece que o fato do parecer ser aprovado não significa que a instituição mais a frente ela não possa voltar a ter sua regularidade. Sr. Carlos Jorge pede a palavra para reiterar o Art 16 onde o plano de providências devem ser adotados pela instituição. Sr. Rodrigo esclarece que o que será votado. Sra. Ana Eleutério, compartilha que em reunião com a Presidente do Instituto Emanuel tudo fora pontuado sobre o longo processo de acompanhamento feito pelo conselho, mas ela explicitamente alegou que não sabia de qualquer convocação, que nada foi informada ou recebido pelo Instituto, que a culpa era do CMAS pelo o que instituto estava passando, que ela não recebia dinheiro de passagem e etc. Sra. Ana Eleutério diz que a participação da Presidente do Instituto foi de duas horas e nada proveitoso, por tantos deboches. Sr. Rodrigo Lopes esclarece que passarão para a votação dos encaminhamentos, primeiro votação do prazo para adequação da entidade, e outro para o parecer. Sr. Marcelo Xavier pede a palavra e diz que entendeu errado, pois não se trata de cancelamento da inscrição e sim da não liberação do comprovante de regularidade, e que mediante a proposta não se faz necessário dois encaminhamentos, apenas um o do parecer, que não retira da instituição o direito a buscar a regularidade junto ao conselho. Assim concluído e compreendido pela plenária se passou ao regime de votação nominal e com **9 votos** a favor o parecer foi **APROVADO.** Sra. Maria da Penha explana que nada impede de que a instituição de adéqüe e peça regularidade em sua inscrição, pois a deliberação do parecer se faz em referencia a regularidade ao comprovante de inscrição para o ano de 2018. Passando ao quinto ponto de pauta: Informes- Correspondências recebidas e expedidas, aberto para os informes a Sra. Carla Fernandez do CIEE divulga o curso em parceria com o CRAS/Centro e CRAS- Correas e Posse, as inscrições estarão abertas até o dia 17/09, o objetivo é a preparação para o mercado de trabalho e os participantes serão incluídos no quadro de cadastro para a seleção de vagas de emprego. Público jovem de 14 a 24 anos, escolaridade ensino fundamental até médio completo. Com os informes, a Srta. Narjara Costa, assistente social, da Associação Renovar Saúde Criança faz anuncio do jantar comemorativo aos 20 anos de fundação do Renovar, que acontecerá no dia 24/10 na casa de festa Spetáculo. Srta Narjara diz que os interessados deverão fazer contato pelo número da entidade, outro, Srta. Narjara convida para o Bazar que será realizado nos dias 14 e 15 na instituição que fica em Corrêas. Sr. Marcelo Xavier, informa que a Economia Solidária de Petrópolis conseguiu três cadeiras no Conselho Estadual de Economia Solidária/RJ. Conduzido pela secretária executiva se passou a leitura das correspondências recebidas, Ofício n°43/2018 da Mitra Diocesana com pedido de substituição na representação da instituição no CMAS, ao tema houve participação da Sra. Cristiane Rodrigues perguntando sobre a composição da Mesa Diretora, mas explicado que a composição passará por votação em plenária, pois a representação na cadeira se faz nominal. Sr. Rodrigo Lopes pede a palavra e fala sobre a contratação da Sra. Andréa Teixeira deixando claro que seu

vínculo é por RPA e não cargo comissionado. Sr. Carlos Jorge Guimarães encaminha a proposta de um estudo pela Mesa Diretora deste desdobramento de e-mail e pede retorno. Sr. Rodrigo Lopes encaminha a proposta de uma consulta e um parecer técnico jurídico da assessoria jurídica da Dra. Lívia de Marca da SAS para apresentar a plenária e evitar contestações sobre a ação do conselho. Sra. Ana Imbelloni, expõe que fez busca da temática, mas que não há nada legalmente que a impeça de ser indicada a suplência, porém Sra. Ana Imbelloni faz consideração a participação pela ética, e q tê-la como representante como sociedade civil e agora tê-la fazendo parte de equipamento público com vínculo por RPA, tendo sido ela a conselheira que propôs a comissão de RH por não aceitar o risco de descontinuidade do serviço que este vínculo promove na política de assistência social. Sra Ana reitera a necessidade de substituição da indicação. Sr. Marcelo Xavier pede que seja elencado os motivos éticos à Mitra; Ofícios 1777/2018-SAS resposta ao ofício 078/2018-CMAS documentos financeiros para análise da comissão de orçamento; Ofício 1790/2018-SAS em reposta ao 081/2018, dando ciência do parecer final da gestão de parcerias; Ofício GP 608/2018 resposta o ofício 139/2017 do CMAS, referente a contratação de profissionais por RPA como ação judicial proferida pela Câmara Cível, no sentido de regularidade; Ofício 028/2018 do Lar Santa Catarina/Instituto Mafer e documentos físico da Associação Pestalozzi, ambos informando sobre as atividades executadas pelas entidades, dando seqüência com os e-mail recebidos, Instituto Emanuel solicitando informação do pagamento retido;Outro, e-mail solicitando um pedido de diálogo com o Conselho; E-mail do Governo federal-MDS ao lançamento do parecer do conselho referente ao Plano de Ação do Governo federal 2018; Instituto Emanuel e-mail com pedido de resposta sobre o comprovante de inscrição do ano de 2018; E-mail do MPF de recife/PE solicitanto relação de entidades beneficientes cadastrada no CMAS ; E-mail- convite do CMAS-RJ; Email-Convite da Comunidade Jesus Menino; E-mail do Instituto Emanuel pedindo acerto no registro da ata produzida da reunião com a Instituição e a comissão de direito e fiscalização; E-mail do MDS da Secretaria Nacional de Assistência informando transferência de recurso ao fundo municipal de Assistência Social no valor de R$200.000,00(duzentos mil reais), E-mail de divulgação de curso do CIEE. Leitura das Correspondências expedidas: Ofício lidos em ordem crescente do n°079/2018 ao n° 084/2018. Segue ao último ponto de pauta: os Assuntos gerais, Sra. Ana Cristina Eleutério convoca a Comissão Mista para o estudo do regimento interno, e que a secretária executiva do CMAS fará contato por e-mail disponibilizando 3 datas sugestivas para o primeiro encontro da comissão, e pede celeridade na resposta. Não havendo mais nada a tratar foi encerrada a reunião às 11h20. A Presidente Ana Cristina Eleutério agradeceu a presença de todos e deu-se por encerrada a sessão da qual, para constar, eu, Amanda Moraes Secretária Executiva do Conselho lavrei e assinei a presente ata juntamente com a presidente, aprovada em 03 de outubro de 2018.